

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Da Sra. REJANE DIAS)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para debater a influência da internet e das redes sociais na automutilação e no suicídio de jovens.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para discutir os efeitos da internet e das redes sociais sobre comportamentos suicidas e sobre a automutilação, especialmente entre jovens e adolescentes. Para subsidiar os trabalhos, sugerimos a participação dos seguintes convidados:

- Representante do Facebook no Brasil;
- Representante do Google no Brasil;
- Representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil;
- Representante do Centro de Valorização da Vida (CVV);
- Representante da ONG SaferNet Brasil;
- Representante do Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal;
- Representante da Secretaria Nacional da Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e

- Outras autoridades a serem informadas posteriormente.

JUSTIFICAÇÃO

A internet mudou dramaticamente a forma como as pessoas se relacionam em nossa sociedade. A juventude de hoje é, em seus hábitos e costumes, muito diversa daquela de meio século atrás, e isso se deve em grande parte às inovações proporcionadas pelas tecnologias de informação. Some-se a isso o fato de os jovens nascidos imersos nessa nova realidade terem capacidade de usufruir dessas tecnologias de forma plena, e chegamos a padrões de comportamento e relacionamento quase irreconhecíveis para as velhas gerações.

Os blogs, os aplicativos de comunicação e as mídias sociais são os pivôs dessa transformação comportamental operada sobre nossa juventude. As conversas e bate-papos que antes eram feitos presencialmente, na rua do bairro, na frente da porta de casa ou na praça da cidade, hoje ocorrem em grande parte no ambiente digital. Essas ferramentas têm como aliados a praticidade de uso, a velocidade de interação, bem como diversas outras facilidades que justificam sua preferência ante os meios de comunicação mais tradicionais.

Infelizmente, o mundo digital tem algumas outras características que podem levar a consequências gravosas para seus usuários. A alta velocidade das comunicações e a praticidade do uso de ferramentas vêm acompanhadas da impossibilidade de impedir a multiplicação e o compartilhamento de conteúdos. A facilidade de acesso dificulta enormemente a tarefa de impedir ou bloquear nossas crianças e adolescentes de usufruírem de material impróprio. Isso nos mostra que a internet, ao mesmo tempo em que proporciona grandes oportunidades, traz consigo grandes desafios, sobretudo no que concerne à supervisão de seu uso por parte da parcela mais vulnerável de nossa comunidade.

Fenômenos como “Baleia Azul” e “Momo” são apenas os reflexos mais conhecidos dos perigos a que nos referimos. Quando

consideramos ainda a existência da deep web, o mercado de pornografia infantil, os crimes de pornografia de vingança, bem como todo tipo de calúnia e difamação perpetrada por meio da rede mundial, percebemos como o problema é muito mais extenso e pernicioso do que imaginaríamos a princípio. Os jovens, direta ou indiretamente, podem ser alvos de todas essas atividades criminosas, e as consequências para sua saúde e bem-estar psicológicos são devastadoras. A automutilação e, em última instância, as tentativas de suicídio são, por vezes, a única válvula de escape ou forma de chamar atenção encontrada pelos adolescentes para lidar com a situação.

Diante desta realidade, entendemos ser urgente a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para entender a extensão do problema e discutir as possibilidades de atuação do parlamento em seu enfrentamento. Desta forma, solicitamos apoio dos nobres parlamentares para a aprovação da medida proposta.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputada REJANE DIAS